

RONDÔNIA Reserva indígena foi invadida por garimpeiros em busca de diamantes; desde o início do ano, 12 corpos foram localizados

PF encontra sete ossadas em garimpo ilegal

FERNANDA KRKOVICS
DA AGÊNCIA FOLHA

A Polícia Federal localizou sete ossadas, anteontem, na reserva indígena Roosevelt, no sudeste de Rondônia, onde há um garimpo ilegal de diamantes. Desde o início do ano, foram encontradas 12 ossadas na reserva.

O superintendente da PF em Rondônia, Marco Aurélio de Moura, solicitou um helicóptero à Polícia Federal em Brasília para fazer o resgate das ossadas. "Ainda não sabemos se os corpos são de garimpeiros ou índios."

A Roosevelt, localizada entre os municípios de Cacoal e Espigão d'Oeste, tornou-se uma terra sem lei desde que começou na área a exploração ilegal de diamantes, em agosto de 2000. A estimativa do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral) de Rondônia é que tenham saído R\$ 160 milhões do garimpo desde então.

DA AGÊNCIA FOLHA

O DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral) e a Polícia Federal em Rondônia apontam a regulamentação do garimpo na reserva indígena Roosevelt como a única solução para o problema.

É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar, em terras indígenas, a exploração, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais.

Para o superintendente da Polícia Federal de Rondônia, Marco Aurélio de Moura, a operação que está sendo realizada agora na reserva é um paliativo. "Para resolver o problema, é preciso legalizar o garimpo." Segundo Moura, o dinheiro pago hoje pelos garimpeiros aos caciques não beneficia

A PF realiza uma operação na reserva desde o dia 26 de março com o objetivo de acabar com a extração de diamantes. Foram apreendidas 3.245 pedras e retirados 2.000 garimpeiros. Também foi preso o israelense Yair Assis, 52, com 50 diamantes.

De acordo com a PF, as pedras extraídas da Roosevelt vão para a cidade de Juína, no norte do Mato Grosso, onde há uma espécie de bolsa de pedras preciosas. De lá, saíam do país.

Para impedir o retorno dos garimpeiros com o fim da intervenção, a PF está construindo uma base no interior da reserva.

A operação policial foi motivada pelas mortes resultantes do conflito entre garimpeiros e índios e pela cobrança de pedágio, por parte das lideranças indígenas, para a exploração mineral.

Para Moura, a conviência dos índios é responsável pela volta constante dos garimpeiros. Se-

a comunidade indígena.

Apesar de eventuais problemas que surgirão com a regulamentação do garimpo, essa também é a saída defendida pelo chefe do DNPM em Rondônia, Airton de Oliveira. O geógrafo, no entanto, defende essa posição desde que seja feito um amplo debate sobre o assunto no Congresso Nacional e entre os órgãos envolvidos, como Funai, DNPM e PF.

A Funai é contra a regulamentação do garimpo. "Os índios não têm organização para controlar o garimpo. E, se a exploração fosse feita por uma empresa, estaríamos subvertendo a função social de uma terra indígena", afirmou o chefe substituto do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai, Rogério de Oliveira.

gundo Antenor Bastos Filho, engenheiro florestal da Funai (Fundação Nacional do Índio) que esteve na Roosevelt em janeiro, líderes indígenas cobram em torno de R\$ 20 mil de cada garimpeiro para a entrada do maquinário.

"Eles (os índios) ainda cobram 30% do diamante encontrado para que os homens possam continuar trabalhando", disse Moura.

Jazidas

Segundo o gemólogo Amoss de Oliveira, do DNPM de Mato Grosso, a maior região produtora de diamantes do país é Juína. No ano passado, teriam sido extraídos de lá aproximadamente 450 mil quilates, a um preço médio de US\$ 25 o quilate, o que corresponderia a US\$ 11,25 milhões.

"O diamante de Juína é de qualidade industrial, ou seja, seu preço é mais baixo", disse ele.

O restante do país teria produzido no ano passado algo em torno



de 150 mil quilates, a um preço médio de US\$ 120 o quilate, que resulta US\$ 18 milhões. "Essas pedras são de qualidade gemológica, seu preço é mais alto."

De acordo com o gemólogo, os diamantes de baixa qualidade, como os de Juína, vão para a Índia, onde seriam produzidas jóias de baixo valor. Já as pedras de qualidade superior vão para a Antuérpia, na Bélgica, centro mundial do comércio de diamantes.

'Para resolver, é preciso legalizar' Piscicultura se torna alternativa

DA AGÊNCIA FOLHA

Além dos conflitos com índios e dos riscos na exploração, muitos garimpeiros que se aventuram na "caça" aos diamantes acabam muitas vezes sem renda para se sustentar. Ex-garimpeiros da Serra do Tepequém, no norte de Roraima, que viviam sem nenhuma renda após a proibição do garimpo de diamante, em 98, ganharam uma alternativa econômica. As erosões provocadas pela exploração do garimpo foram transformadas em tanques de peixes.

O projeto, que tem o apoio do Sebrae, começou no final do ano passado e está atendendo inicialmente 15 famílias. Na maioria, são migrantes do Maranhão, Ceará e do Amazonas, sem escolaridade, que foram atraídos pelo garimpo.

"As condições eram precárias. A proibição só acabou de vez com a esperança de achar alguma coisa", disse o ex-garimpeiro Sidnei Veras, 36. Hoje, as perspectivas dele são outras. Ele é professor em escola estadual, no Tepequém, e à noite dá aulas, como voluntário, de alfabetização de adultos para os ex-garimpeiros.

"Eu já tinha estudado. A comunidade me incentivou a retomar (os estudos). Então, fui para Boa Vista, terminei a escola e fiz o magistério", disse Veras.

Depois de oferecer um curso de associativismo para a comunidade do Tepequém, o Sebrae entregou cerca de 9.000 alevinos para a comunidade, que estão sendo criados nos tanques abertos com a exploração mineral. A produção é vendida em Boa Vista.